

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.531 - PB (2019/0298609-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ROBERTO DE OLIVEIRA NASCIMENTO E OUTRO
ADVOGADOS : ROBERTO DE OLIVEIRA NASCIMENTO - PB020680
VINICIUS LEITE PIRES - PB021959
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : MAURILIO DA SILVA NASCIMNETO JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar em favor de MAURILIO DA SILVA NASCIMNETO JUNIOR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0001753-08.2017.8.15.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito do art. 155 do Código Penal, porém o Juízo de primeiro grau rejeitou a peça acusatória com amparo no art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 15-17).

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, que foi provido para receber a denúncia e determinar o processamento dos autos em primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 37-45).

Sustenta o impetrante, em síntese, que o recurso ministerial seria intempestivo.

Alega que o processo teria sido entregue no Ministério Público em 9/6/2017, razão pela qual o recurso em sentido estrito interposto no dia 28/6/2017 seria manifestamente extemporâneo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a intempestividade do recurso ministerial, fazendo prevalecer a decisão de primeiro grau que rejeitou a peça acusatória.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 50-51).

Foram prestadas as informações (e-STJ fls. 55-58 e 59-68).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem de *habeas corpus* (e-STJ fls. 72-76).

É o relatório.

De início, cumpre registrar que, do exame do acórdão proferido no recurso em sentido estrito (e-STJ fls. 37-45), observa-se que a questão suscitada no presente *habeas corpus*, ou seja, a alegada intempestividade do recurso ministerial, não foi objeto de análise pela Corte de origem, o que impede a sua apreciação diretamente por este Superior Tribunal, sob pena de atuar em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO
HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA.
DUPLA VALORAÇÃO DA CERTIDÃO DE ANTECEDENTES.*

Superior Tribunal de Justiça

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME PRISIONAL MAIS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. RÉU REINCENTE. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No tocante à irregularidade apontada na dosimetria da pena em razão da dupla valoração da certidão de antecedentes, verifico que o tema não foi apreciado pela Corte de origem, o que obsta a sua análise no presente mandamus, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

[...]

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no HC 405.403/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe de 10/04/2019.)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO E ESTUPRO DE VULNERÁVEL TENTADO CONTRA ENTEADA. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES E CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDUTA SOCIAL. CIRCUNSTÂNCIA NEUTRA. LIMITES DA PENA-BASE COMINADA. AGRAVANTES. FRAÇÃO. EXASPERAÇÃO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. ATENUANTE INOMINADA DO CRIME DE ESTUPRO. ILEGALIDADE RECONHECIDA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.

2. As matérias não apreciadas expressamente pelo Tribunal de origem não podem ser conhecidas por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Como cediço, "consoante o disposto no art. 68, caput, do CP, que a aplicação da pena é constituída de três fases distintas: (...) Para as duas primeiras fases, deve-se observar os limites mínimo e máximo cominados; somente exsurge a possibilidade de diminuição ou de elevação da pena aquém de seu mínimo legal ou além do máximo quando da terceira etapa da aplicação da reprimenda" (AgRg no AREsp 437.391/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 2/4/2014).

[...]

6. Writ não conhecido. Ordem concedida de ofício para fixar a pena total em 21 anos de reclusão.

(HC 219.354/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe de 19/03/2019; sem grifos no

Superior Tribunal de Justiça

original.)

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E LESÃO CORPORAL COMETIDA NO ÂMBITO DOMÉSTICO. JÚRI. VEREDITO CONDENATÓRIO. APELAÇÃO. CONFIRMAÇÃO DO JULGAMENTO. ACÓRDÃO. EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO VEREDITO POPULAR. EXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO A EMBASAR O ÉDITO REPRESSIVO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. PENA-BASE. CULPABILIDADE. REFORMATIO IN PEJUS. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TENTATIVA. FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELA TENTATIVA. PROPORCIONAL. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

[...]

9. A questão atinente ao reconhecimento da atenuante da confissão espontânea não foi apreciada no acórdão impugnado, de modo que seu exame diretamente por esta Corte Superior configuraria indevida supressão de instância.

[...]

(HC 453.010/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe de 14/12/2018.)

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, **não se conhece do habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator